

da classe operária "ficaria como excedente, em comparação com os recursos financeiros para empregá-la".⁵⁶

Ricardo concluiu "que a opinião da classe trabalhadora de que o emprego de máquinas era, muitas vezes, prejudicial aos seus interesses, não se baseava em preconceito ou erro, mas estava de acordo com os princípios corretos de Economia Política".⁵⁷ Essa conclusão significava que ele concordava com Malthus, ao afirmar que o mercado poderia não ser muito eficaz na realocação dos recursos, quando houvesse uma mudança nas condições de produção, e que o resultado poderia ser uma depressão crônica no mercado de trabalho, que reduziria a produção total da economia. Também significava que a fé de Ricardo na acumulação de capital, como a principal força que aumentaria o bem-estar econômico de toda a sociedade, era infundada. Ele simpatizava, claramente, mais com a classe capitalista do que com a sociedade como um todo. Concluiu o capítulo afirmando o seguinte: "Espero que as afirmativas que fiz não sejam interpretadas como sugestão de que não se deva incentivar o uso de máquinas."⁵⁸ Essa esperança não se baseava em um plano para melhorar as condições dos trabalhadores. Isso porque ele ainda achava que, como "todos os outros contrários, os salários devem ficar por conta da livre e justa concorrência no mercado, nunca devendo ser controlados pela interferência do Legislativo".⁵⁹

A Teoria das Vantagens Comparativas e Comércio Internacional

Ricardo foi o primeiro economista a argumentar coerentemente que o livre-comércio internacional poderia beneficiar dois países, mesmo que um deles produzisse todas as mercadorias comercializadas mais eficientemente do que o outro. Também foi um dos primeiros economistas a argumentar que, como o capital era relativamente imóvel entre as nações, era preciso elaborar uma teoria separada do comércio internacional, diferenciado do comércio interno do país.

Ricardo argumentava que um país não precisa ter uma *vantagem absoluta* na produção de qualquer mercadoria, para que o comércio internacional entre ele e outro país seja mutuamente benéfico. Vantagem absoluta significava maior eficiência de produção ou o uso de menos trabalho na produção. Dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, se cada um tivesse uma *vantagem relativa* na produção. Vantagem relativa significava, simplesmente, que a razão entre o trabalho incorporado às duas mercadorias diferia entre os dois países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a do outro país. O Quadro 5.3 é uma reprodução do exemplo de Ricardo para ilustrar o princípio das vantagens comparativas.

Nesse quadro, Portugal tem uma vantagem absoluta na produção de vinho e de tecidos, quer dizer, são necessárias menos horas de trabalho para produzir ambas as mercadorias em Portugal do que o número de horas necessárias para sua produção na Inglaterra. Supondo que os preços do vinho e do tecido são proporcionais ao trabalho incorporado a eles, tanto na Inglaterra quanto em Portugal as razões de ambos os preços, em cada país, serão idênticas à razão de horas de trabalho necessárias para a produção das mercadorias, em cada país.

Quadro 5.3

Número de horas necessárias para produzir uma unidade de tecido e vinho na Inglaterra e em Portugal

| | Tecido | Vinho | Razão entre o | |
|------------|--------|-------|------------------------------------|-----------------------------------|
| | | | preço do vinho e o preço do tecido | preço do vinho e o preço do vinho |
| Inglaterra | 100 | 120 | 1,20 | 0,83 |
| Portugal | 90 | 80 | 0,88 | 1,12 |

Em Portugal, são necessárias 90 horas para produzir uma unidade de tecido e 80 horas para produzir uma unidade de vinho. Isso quer dizer que o vinho precisa apenas de 88% do trabalho exigido pelo tecido e que o preço do vinho equivale a apenas 88% do preço do tecido. Na Inglaterra, o trabalho incorporado ao vinho e seu preço equivalem a 120% do trabalho e do preço do tecido. Então, Portugal usa *relativamente* menos trabalho na produção de vinho, e o preço é *relativamente* mais baixo. Por outro lado, Portugal usa 112% do trabalho incorporado à produção de vinho para produzir tecido e, uma vez mais, o preço do tecido equivale a apenas 83% do preço do vinho. Assim, a Inglaterra usa *relativamente* menos trabalho para produzir tecido, muito embora use mais trabalho, em termos absolutos; portanto, a Inglaterra tem uma vantagem relativa na produção de tecido.

Agora, suponhamos que os portugueses só estejam produzindo vinho (a mercadoria em que têm uma vantagem comparativa) e resolvam comprar tecido. Tem duas maneiras de conseguir tecido – desviando algum trabalho da produção de vinho para a produção de tecido ou trocando vinho por tecido com a Inglaterra. Suponhamos que, havendo comércio, ele seja feito com base na razão de preços da Inglaterra. Para produzir uma unidade de tecidos, serão necessárias 90 horas-homem. Isso quer dizer que os portugueses tem de interromper a produção de 1,12 unidade de vinho, para cada unidade de tecido que produzirem, mas se trocarem com a Inglaterra, à razão dos preços vigentes na Inglaterra, só precisarão abrir mão de 0,83 unidade de vinho para cada unidade de tecido. É óbvio que o comércio deixaria os portugueses com uma quantidade total maior de vinho e de tecido do que se eles produzissem ambas as mercadorias.

De forma análoga, se a Inglaterra só estiver produzindo tecido, mas puder trocar à razão de preços de Portugal, não deverá produzir vinho. Para produzir vinho, teria de desistir de 1,2 unidade de tecido para cada unidade de vinho produzida, enquanto poderia abrir mão de apenas 0,88 unidade de tecido em troca de uma unidade de vinho, se comercializasse com Portugal.

É óbvio que ambos os países poderiam se beneficiar, se cada um deles pudesse comerciar à razão de preços do outro país. Ambos os países poderiam também se beneficiar, se comercializassem a uma razão de preços que fosse intermediária entre as razões de preços de cada país. A razão entre o preço do vinho e o preço do tecido é de 1,2, na Inglaterra, e de 0,88, em Portugal. Se ambos os países comercializassem na

base de um por um, uma unidade de tecido por uma unidade de vinho, ambos poderiam consumir um total conjunto maior de vinho e tecido do que se cada um deles produzisse ambas as mercadorias.

Isso explica, então, a teoria das vantagens comparativas, de Ricardo. Com base nela, ele argumentou que o livre-comércio seria benéfico para ambos os países. Toda ampliação do comércio "contribuiria bastante decididamente para aumentar a massa de mercadorias e os benefícios totais".⁶⁰ Toda restrição ao comércio, portanto, reduziria o "total dos benefícios". Esse princípio era, então, outro elo no ataque generalizado de Ricardo às leis dos cereais.

Harmonia Social e Conflito de Classes

A escolha das palavras de Ricardo ilustra um dos principais temas deste livro: a teoria do valor-utilidade ou qualquer abordagem da economia que tenda a igualar preços e utilidade, de modo geral, defende a ideia de que existe uma harmonia social engendrada pela "mão invisível" do mercado livre. Quando Ricardo afirmou que o livre-comércio aumentaria o "total de benefícios" de cada país, estava meramente repetindo o princípio de Adam Smith, segundo o qual o livre-comércio aumenta a utilidade ou os "benefícios" de ambas as partes, na troca. Quando esse princípio passa a ser o ponto central da análise econômica, o remédio para quase todos os problemas de privação material humana se transforma em um problema de ampliação do mercado ou de tornar mais livre a troca e o comércio. Se essa política fosse adotada, todos poderiam beneficiar-se e, portanto, todos os interesses estariam em harmonia.

Para a conclusão de Ricardo poder ser tirada a partir de suas premissas, ele tinha mais alto dessa mercadoria importasse a mercadoria relativamente mais cara, o preço "fictício". Em outras palavras, suponhamos que só os proprietários de terras e os capitalistas bebesssem vinho e que os trabalhadores não tivessem tecido suficiente para aquecer-se. À perspectiva da teoria do valor-trabalho tenderia a concentrar-se nas circunstâncias que tivessem levado à expropriação de tanto produto do trabalho sob a forma de renda da terra e lucros; mas a teoria da utilidade pressupõe, em geral, que as leis da propriedade e a distribuição da riqueza sejam fixas ou "naturais" e, consequentemente, tenderia a concentrar-se no fato de que os capitalistas e os proprietários de terras prefeririam gasiar seu excedente com tecido e vinho, em vez de gasiá-lo apenas com tecido. O livre-comércio aumentaria os benefícios dos que fossem ricos e que tivessem alto poder aquisitivo, mas não necessariamente os benefícios da classe operária. Ricardo poderia ter sugerido, por exemplo, que a importação de vinho fosse proibida até todo trabalhador ter uma quantidade suficiente de tecido. Alguns argumentariam, certamente, que isso aumentaria mais o bem-estar social do que a importação de mais vinho para os capitalistas e proprietários de terras. Ele, porém, não fez isso; pelo contrário, insistiu em que o livre-comércio maximizaria o "total dos benefícios".

Esse ponto ilustra que a mesma contradição por nós discutida nos escritos de Adam Smith estava presente nas teorias de Ricardo. Quase todos os *Princípios*, de Ricardo, baseiam-se na teoria do valor-trabalho ou no ponto de vista da produção. O livro está

cheio de discussões sobre os conflitos de classe básicos entre as três classes. "Pode-se estabelecer uma questão com mais clareza" – indagou ele – "do que afirmar-se que os lucros têm de diminuir com o aumento dos salários?"⁶¹ Ou, mais uma vez, "o interesse do proprietário de terras é sempre oposto ao do consumidor e ao do industrial".⁶² Quase todo o seu livro era uma análise dos fatores que estavam por trás desses conflitos.

A teoria da História, de Adam Smith, parava no capitalismo, por ele considerado o estágio mais alto possível da evolução social. Por essa razão, Smith tendia a achar que as relações de propriedade e a distribuição da riqueza, no capitalismo, eram dadas e fixas. Só quando essas diferenças de classe fossem vistas como dadas e fixas é que Smith poderia argumentar em favor da utilidade da "mão invisível". A abordagem de Ricardo para o entendimento do capitalismo era muito mais a-histórica do que a de Smith. Considerava eternas, imutáveis e naturais as relações de propriedade, a distribuição de riqueza e do poder e as relações de classe do capitalismo. A teoria do valor-trabalho vê a sociedade partindo de uma perspectiva focada no conflito, como ilustram tão claramente os *Princípios*, de Ricardo. Entretanto, o conflito implica mudança, e mudança implica que os sistemas socioeconômicos, como o feudalismo e o capitalismo, têm um processo de vida própria: nascem, atingem a maturidade, entram em decadência e morrem. Era precisamente esse aspecto da perspectiva da teoria do valor-trabalho que Ricardo negava. Em uma de suas passagens mais esclarecedoras, Ricardo escreveu o seguinte:

Devemos lembrar-nos... de que a condição retrograda é sempre um estado da sociedade que não é natural. O homem passa da mocidade para a maturidade, entra em decadência e morre, mas não é esse o progresso das nações. Quando chegam a um estado de maior vigor, seu avanço posterior pode ser, de fato, detido, mas sua tendência natural é continuar, durante muito tempo, mantendo constantes sua riqueza e sua população.⁶³

No contexto desse enfoque a-histórico, não causa surpresa que Ricardo não tenha considerado políticas que aumentariam o "total dos benefícios", alterando as distribuições de riqueza, privilégio ou poder. Quando essas distribuições são aceitas como naturais ou eternas, os benefícios auferidos pelos que têm alto poder aquisitivo, em geral, são considerados sinônimos do bem-estar social geral. Daí se segue, quase sempre, a crença de que o livre-mercado age como uma "mão invisível" para maximizar o bem-estar de todo o mundo. Assim, Ricardo escreveu a seguinte defesa do livre-comércio:

Em um sistema de comércio perfeitamente livre, cada país desinha seu capital e seu trabalho a empregos que lhe sejam mais benéficos. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente ligada ao bem universal do todo. Estimulando a indústria, recompensando a criatividade e usando de modo mais eficaz os poderes peculiares que lhe são conferidos pela natureza, distribui o trabalho da maneira mais eficaz e econômica possível, ao mesmo tempo que aumentando o volume geral de produção, difunde o benefício geral e agrega, como um elo comum de interesse e união, a sociedade universal das nações de todo o mundo civilizado.⁶⁴

A "mão invisível" agia local, nacional e internacionalmente, harmonizando os interesses de todos.

Contudo, a defesa de Ricardo dos interesses dos capitalistas foi melhor servida com a adoção de uma perspectiva da teoria do valor-trabalho. Foi, portanto, inevitável que seus escritos envolvessem contradições sobre o tema: o capitalismo cria conflito ou harmonia de interesses? Já encontramos um exemplo em que a “mão invisível” não funcionava: “As relações entre o proprietário de terras e o público não são relações comerciais pelas quais o vendedor e o comprador possam ser considerados ganhadores; a perda fica toda de um lado e o ganho fica todo do outro.”⁶⁵ Da mesma forma, na discussão do comércio internacional, logo que Ricardo deixou de considerar como dado o equilíbrio do poder real, coercitivo, viu claramente que o resultado era o conflito e não a harmonia. Ficou claro, para ele, por exemplo, que “uma metrópole pode... às vezes beneficiar-se com as restrições por ela impostas às suas possessões coloniais. Quem pode duvidar... que, se a Inglaterra fosse colônia da França, esse país seria beneficiado por um pesado tributo pago pela Inglaterra sobre a exportação de cereais, tecidos e qualquer outra mercadoria?”⁶⁶ Mais uma vez, quatro páginas depois, ele afirmou o seguinte: “É evidente, então, que o comércio com uma colônia pode ser conduzido de modo tal que seja, ao mesmo tempo, menos benéfico para a colônia e mais benéfico para a metrópole do que um comércio perfeitamente livre.”⁶⁷

Todo argumento de Ricardo, mostrando como as restrições coercitivas ao livre-mercado poderiam beneficiar a metrópole à custa da colônia, poderia demonstrar, com a mesma facilidade, como as trocas entre capitalistas e trabalhadores poderiam ser reguladas por restrições coercitivas que beneficiassem o capitalista, à custa do trabalhador (ou vice-versa, como esperavam tantos líderes do movimento operário em ascensão, da época de Ricardo).

Dada a afirmativa de Adam Smith de que o “governo civil”, na medida em que era instituído para garantir a propriedade, era, na realidade, instituído para a defesa do rico contra o pobre ou dos que têm alguma propriedade contra os que nada têm,⁶⁸ caberia a ambos – Ricardo e Smith – mostrar por que o governo não seria usado pelos capitalistas exatamente dessa maneira. Sem essa demonstração, o argumento da “mão invisível” seria usado, inevitavelmente, com a simples finalidade de justificar qualquer resultado observado num sistema capitalista de mercado.

Parece óbvio que essa contradição central nas doutrinas de Smith e Ricardo levaria a uma ruptura de suas doutrinas, que passaram a constituir duas escolas de pensamento antagônicas e separadas. No próximo capítulo, examinaremos os escritos de Jeremy Bentham, J. B. Say e Nassau Senior – os três homens que deram início ao processo de substituição da perspectiva da teoria do valor-trabalho pela perspectiva do valor-utilidade nas doutrinas de Smith e Ricardo. No Capítulo 7, serão discutidos os escritos de William Thompson e de Thomas Hodgskin, que tentaram levar a teoria do valor-trabalho às últimas consequências nela implícitas.

Notas do Capítulo 5

1. RICARDO, David. *The Principles of Political Economy and Taxation*. Londres: Dent, 1962, p. 272. Essa é a principal obra de Ricardo sobre teoria econômica. Foi publicada, pela primeira vez, em 1817; apareceu uma segunda edição, em 1819; e uma terceira, em 1821. A edição publicada pela Dent, aqui citada, é uma reimpressão da terceira edição.